



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 638534 - SP (2021/0001085-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : GABRIEL MARTINS FURQUIM E OUTROS  
**ADVOGADOS** : JOSÉ PEDRO SAID JÚNIOR - SP125337  
PAULO ANTONIO SAID - SP146938  
GABRIEL MARTINS FURQUIM - SP331009  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ANDRE REIS SORIA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANDRE REIS SORIA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2272732-63.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante, em 12/11/2020, pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 273, § 1º-B, do Código Penal, e 12 da Lei n. 10.826/2003. No dia seguinte, a prisão em flagrante foi convertida em prisão preventiva.

Os impetrantes sustentam que o paciente é primário, de bons antecedentes e residência fixa e que os crimes foram praticados sem violência ou grave ameaça. Aduzem ainda manifesto constrangimento ilegal, consistente na idoneidade da fundamentação da decisão e na ausência de requisitos e de proporcionalidade, acentuado pela atual conjuntura de pandemia de covid-19.

Requerem, liminarmente, "seja cassada a decisão que decretou a prisão preventiva, a fim de que o paciente aguarde em liberdade o deslinde do feito, com revogação da prisão preventiva ou substituição por medidas cautelares ou até mesmo prisão domiciliar, expedindo-se o que for necessário" (fl. 33).

No mérito, pugnam pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que a decisão atacada foi devidamente fundamentada considerando os elementos constantes dos autos, conforme se extrai do acórdão do TJSP:

A prática criminosa pelo paciente, ao que tudo indica, em face da grande quantidade de produtos encontrada<sup>1</sup>, além da investigação já em curso, se realizava em larga escala, o que traduz sua periculosidade, permitindo concluir que a liberdade dele configuraria risco para a ordem pública. Como bem destacou a r. decisão<sup>2</sup>, 'em que pese o averiguado ser primário, o delito do artigo 273, parágrafo 1º B é gravíssimo, causador de alta lesividade à saúde pública e de repercussão negativa para a sociedade. Ademais, a grande quantidade de medicamentos apreendidos e notícia de comercialização por meio de redes sociais( fl. 5/6),também demandam a sua custódia cautelar.' Nesse quadro, mostra-se irrelevante o fato de o paciente ser primário, possuir bons antecedentes, residência fixa e família que dele depende.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente